



Audiência Pública - Avaliação das Metas Fiscais - III Quadrimestre de 2015

Secretaria de Estado da Fazenda

Goiânia | fevereiro de 2016

Secretaria de Estado da Fazenda



MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR
Governador do Estado

ANA CARLA ABRÃO COSTA
Secretária de Estado da Fazenda

THIAGO MELLO PEIXOTO SILVEIRA
Secretário de Gestão e Planejamento

ADAUTO BARBOSA JUNIOR
Secretário de Estado-Chefe da Controladoria Geral

MURILO LUCIANO SOUZA BARBOSA
Superintendente do Tesouro Estadual

GILSON GERALDO VALÉRIO DO AMARAL
Superintendente de Orçamento e Despesa

STELLA MARIS HUSNI FRANCO
Superintendente Central de Controle Interno

MAÍRES AGDA MESQUITA MORAES
Gerente de Contas Públicas / SEFAZ

MÁRIO MENDES BARBOSA JUNIOR
Gerente de Planejamento e Projetos Financeiros / SEFAZ

ELAINE DE FÁTIMA AIRES
Gestora de Finanças e Controle / CGE



Sumário da Apresentação

1

Conjuntura Econômica

2

Balanço de 2015

3

Resultados do 3º Quadrimestre de 2015

4

Conclusões



Sumário da Apresentação

1

Conjuntura Econômica

2

Balanço de 2015

3

Resultados do 3º Quadrimestre de 2015

4

Conclusões



GRÁFICO I
INFLAÇÃO (IPCA) E PIB GOIÁS/BRASIL

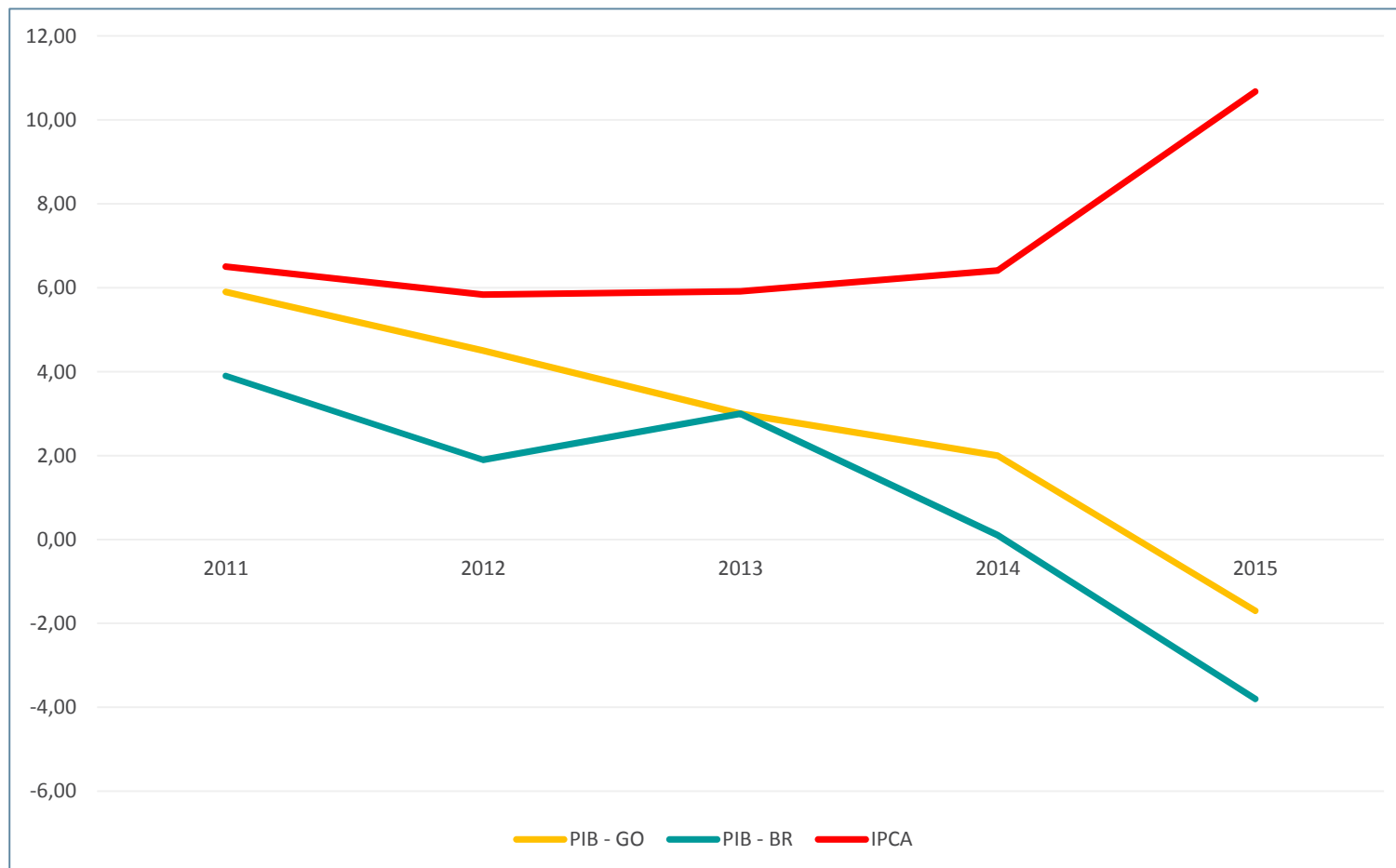
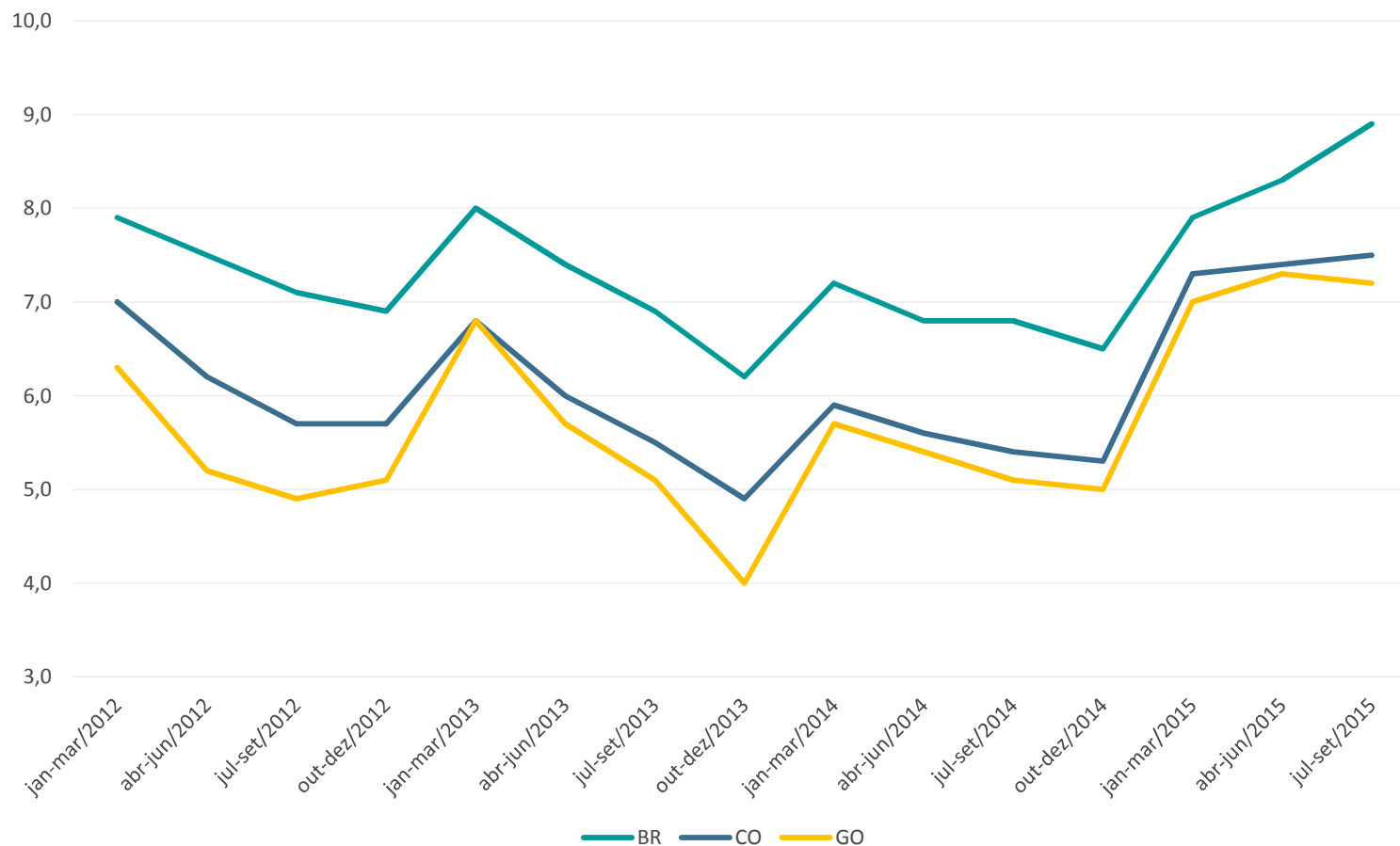




GRÁFICO II
TAXA DE DESOCUPAÇÃO – BRASIL E GOIÁS





Sumário da Apresentação

1

Conjuntura Econômica

2

Balanço de 2015

3

Resultados do 3º Quadrimestre de 2015

4

Conclusões



Goiás fez o maior ajuste fiscal proporcional do País

✓ Evolução positiva da receita

➔ Acréscimo de 6,46% da receita tributária

DISCRIMINAÇÃO	RECEITAS REALIZADAS			
	Jan a Dez / 2015 (A)	Jan a Dez / 2014 (B)	Crescimento (C = A - B)	Crescimento % (D = A / B)
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	11.141.775.706	10.465.488.993	676.286.713	6,46%
ICMS ¹	8.203.702.081	7.818.382.769	385.319.311	4,93%
IPVA ¹	390.110.020	336.843.417	53.266.603	15,81%
ITCD	235.254.256	140.106.459	95.147.797	67,91%
IRRF	1.101.461.332	920.701.496	180.759.836	19,63%
Taxas	1.211.248.018	1.249.454.852	-38.206.835	-3,06%



- ✓ A despesa total do Estado cresceu 3,6%, o que é muito positivo, considerando a trajetória fiscal do passado e a inflação de mais de 10% no ano
- ✓ A queda na despesa (ex-folha) foi de 7,86%. Além disso, foi inferior à projetada na LDO, refletindo o esforço fiscal do Estado ao longo do ano
- ✓ Custeio e folha apresentaram crescimento de 11,32% e 10,47%, respectivamente;
- ✓ A folha do Estado suportada pelo Tesouro foi maior 10,47% em 2015, o equivalente a um crescimento de R\$1,18 BI em relação a 2014
- ✓ A redução nas despesas veio na linha de investimento, com queda de 41% (60% nas fontes tesouro). Ainda assim, o Estado investiu, R\$1,5 bilhão no ano de 2015 (R\$215MM recursos do tesouro);



- ✓ Os resultados orçamentários refletem o esforço fiscal e a realidade financeira do Estado.
- ✓ Importante reversão de tendência dos principais indicadores fiscais.
- ✓ Outro indicador de destaque: precisão orçamentária
 - ➔ Os desvios foram de 1,7% na receita e de 0,7% na despesa, o que mostra elevado grau de cumprimento do orçamento acordado no início do ano:

DISCRIMINAÇÃO	LDO 2015	REALIZADO 2015
Receita Total	18.876.785.000	19.198.704.178
Despesa Total	19.317.814.000	19.192.679.132



Surpresas positivas no resultado fiscal:

- ✓ Receitas superiores em R\$320MM frente ao esperado nos números revisados da LOA e Despesas inferiores ao previsto em cerca de R\$125MM.
- ✓ Isso significa que o ajuste fiscal do ano foi além dos R\$2,3 bilhões de cortes inicialmente propostos, atingindo um esforço fiscal total de R\$2,75 bilhões. Esse esforço nos garantiu o resultado primário positivo de R\$6MM, significativamente melhor do que o déficit de R\$440MM definido na meta fiscal.



✓ Mudança de Rumo





Ações Estruturais

- ✓ Estruturação da primeira emissão de debêntures do Estado
- ✓ 1º Mutirão de Renegociação Fiscal
- ✓ Avaliação do Estado por uma agência de Rating internacional
- ✓ Elaboração de uma Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual
- ✓ Revisão do Orçamento de 2015
- ✓ Elaboração da Nova LDO



Ações Estruturais

- ✓ Reestruturação da área de Recuperação de Créditos da Dívida Ativa
- ✓ Reorientação da ação fiscal
- ✓ Reforma das Agenfas no interior
- ✓ Retomada do Projeto PROFISCO de modernização fazendária
- ✓ Coordenação do Projeto de Equilíbrio Fiscal da Falconi;
- ✓ Coordenação do Comitê Emergencial



Sumário da Apresentação

1

Conjuntura Econômica

2

Balanço de 2015

3

Resultados do 3º Quadrimestre de 2015

4

Conclusões



Objetivos da Audiência Pública

- ✓ Cumprir um requisito legal: Demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais no III Quadrimestre de 2015, conforme disposto no § 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, assim redigido:

“Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o **Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre**, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais”.

- ✓ Dar ciência à sociedade da evolução dos números fiscais do Estado
- ✓ Controle e Planejamento: o acompanhamento periódico da execução orçamentária permite estimar a evolução das receitas e despesas do exercício e antecipar a necessidade de correções de rumo a tempo de garantir o cumprimento das metas fiscais definidas na LDO.



QUADRO I
METAS FISCAIS – 2015
DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS
 (Artigo 4º da LC nº 101/2000 - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 18.634/14)
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015 – RECURSOS DE TODAS AS FONTES

ARRECAÇÃO DE JAN A DEZ/2015	
REALIZADO	19.198.704
PREVISTO LDO	18.876.785
DIFERENÇA	321.919
VARIAÇÃO	1,71%



Fonte: SCP-NET / SIOFI-NET / SEFAZ-GO

Nota: ¹ Previsão extraída e atualizada conforme as Metas e Projeções Fiscais do Anexo II de Metas Fiscais – Lei nº 18.634/14 (LDO Original para o exercício de 2015) - Valores Correntes. Valores Previstos na LDO referente ao III Quadrimestre/2015.



QUADRO II
METAS FISCAIS – 2015
DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS
 (Artigo 4º da LC nº 101/2000 - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 18.836/15)
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015 – RECURSOS DE TODAS AS FONTES

DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO ATÉ O III QUADRIMESTRE ¹ (A)	REALIZADA (B)	DIFERENÇA (C = B – A)
I – Receitas não Financeiras	18.876.785.000	19.198.704.178	321.919.178
II – Despesas não Financeiras ²	19.317.814.000	19.192.679.132	-125.134.868
III – Resultado Primário (I - II)	-441.029.000	6.025.045	447.054.045

Fonte: SCP-NET / SIOFI-NET / SEFAZ-GO

Nota: ¹ Previsão extraída e atualizada conforme as Metas e Projeções Fiscais do Anexo II de Metas Fiscais – Lei nº 18.836/16 – que alterou a LDO para o exercício de 2015 - Valores Correntes.

² Despesa Empenhada.



QUADRO III
METAS FISCAIS – 2015
DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS
(Artigo 4º da LC nº 101/2000 - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 18.836/15)
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015 – RECURSOS DE TODAS AS FONTES

DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO ATÉ O III QUADRIMESTRE ¹ (A)	REALIZADA (B)	DIFERENÇA (C = B – A)
Resultado Nominal	-56.241.000	1.275.799.929	1.332.040.929
Dívida Consolidada Líquida ²	15.713.010.000	17.119.934.769	1.406.924.769

Fonte: SCP-NET / SIOFI-NET / SEFAZ-GO

Nota: ¹ Previsão extraída e atualizada conforme as Metas e Projeções Fiscais do Anexo II de Metas Fiscais – Lei nº 18.836/16 – que alterou a LDO para o exercício de 2015 - Valores Correntes.

² Dívida Consolidada Líquida superou o valor previsto na LDO em função da variação cambial em quase 70% superior ao previsto na elaboração da LDO (que ocorreu em mar/14), bem como a elevada taxa dos indexadores da dívida em função da alta da inflação, acarretando um aumento de 330 MM na Dívida Consolidada Bruta, prejudicando assim o alcance da meta estabelecida para o Resultado Nominal. Houve influência também do aumento dos Restos a Pagar Processados e do estoque de precatórios (aumento de cerca de 170 MM), tendo em vista que ao compararmos o RP processados em 2014 com os valores de 2015 registramos um incremento de 820 MM em função, principalmente, do pagamento da segunda parcela da folha de pessoal de dez/2015 em jan/2016.



QUADRO IV - RESULTADO PRIMÁRIO – RECURSOS DE TODAS AS FONTES

RECEITAS FISCAIS	RECEITAS REALIZADAS		DIFERENÇA (A - B)	%
	JAN A DEZ/15 (A)	JAN A DEZ/14 (B)		
I - RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I)	18.958.849.443	17.992.730.245	966.119.198	5,37%
Receita Tributária (ICMS / IPVA / ITCD / Outras) ¹	11.141.775.706	10.465.488.993	676.286.713	6,46%
Receitas de Contribuições	2.746.623.433	2.482.631.950	263.991.483	10,63%
Receita Patrimonial Líquida	41.104.031	207.746.398	-166.642.367	-80,21%
Transferências Correntes (FPE / IPI / LC 87-96)	4.198.990.572	3.953.205.529	245.785.043	6,22%
Demais Receitas Correntes	830.355.701	883.657.375	-53.301.674	6,03%
II - RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (II)	239.854.735	122.636.057	117.218.678	95,58%
III = I + II TOTAL - RECEITAS NÃO FINANCEIRAS	19.198.704.178	18.115.366.302	1.083.337.876	5,98%
DESPEAS FISCAIS	DESPEAS EMPENHADAS		DIFERENÇA (A - B)	%
	JAN A DEZ/15 (A)	JAN A DEZ/14 (B)		
IV = A + B DESPEAS CORRENTES LÍQUIDAS	17.619.281.337	15.913.561.785	1.705.719.552	10,72%
A - Pessoal e Encargos Sociais	12.506.910.446	11.321.242.770	1.185.667.676	10,47%
B - Outras Despesas Correntes (Programas Sociais/ Apoio Administrativo)	5.112.370.891	4.592.319.015	520.051.876	11,32%
V = C + D DESPEAS DE CAPITAL LÍQUIDAS	1.573.397.795	2.882.387.401	-1.308.989.605	-45,41%
C - Investimentos	1.491.719.272	2.530.719.141	-1.038.999.868	-41,06%
D - Inversões Financeiras	81.678.523	351.668.260	-269.989.737	-76,77%
VI = IV + V TOTAL – DESPEAS NÃO FINANCEIRAS	19.192.679.132	18.795.949.186	396.729.947	2,11%
III – VI = RESULTADO PRIMÁRIO	6.025.045	-680.582.884	686.607.929	-100,89%

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Estadual.

¹ Valores líquidos, já deduzidos as transferências constitucionais aos municípios (Jan-Dez/15 R\$ 3.879.278.381,19).

Variação Percentual nominal



**QUADRO V – EVOLUÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015
RECURSOS DE TODAS AS FONTES**

DISCRIMINAÇÃO	RECEITAS REALIZADAS			
	Jan a Dez / 2015 (A)	Jan a Dez / 2014 (B)	Crescimento (C = A – B)	Crescimento % (D = A / B)
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	11.141.775.706	10.465.488.993	676.286.713	6,46%
ICMS ¹	8.203.702.081	7.818.382.769	385.319.311	4,93%
IPVA ¹	390.110.020	336.843.417	53.266.603	15,81%
ITCD	235.254.256	140.106.459	95.147.797	67,91%
IRRF	1.101.461.332	920.701.496	180.759.836	19,63%
Taxas	1.211.248.018	1.249.454.852	-38.206.835	-3,06%

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Estadual / SEFAZ-GO

Nota: Inflação no período de Janeiro/2015 a Dezembro/2015 - IPCA (IBGE) = 10,6735%.

OBS.: Crescimento Nominal da Receita Tributária no período foi de 6,46%, deduzindo o IPCA (IBGE), que foi de 10,67%, chegamos a um Decréscimo Real de 3,81%.

¹ Valores líquidos, já deduzidos as transferências constitucionais aos municípios (Jan-Dez/15 R\$ 3.879.278.381,19).



QUADRO VI
COMPARATIVO DA RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA COM A REALIZADA
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO/ 2015
RECURSOS DE TODAS AS FONTES

DISCRIMINAÇÃO	Jan a Dez / 15		DIFERENÇA (C = B - A)	% TOTAL (D)	Meta Alcançada (E = B / A)
	PREVISÃO (A)	REALIZADO (B)			
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	12.878.238.516	11.141.775.706	-1.736.462.810	100,00%	-13,48%
ICMS ¹	9.657.960.239	8.203.702.081	-1.454.258.159	73,63%	-15,06%
IPVA ¹	529.295.684	390.110.020	-139.185.664	3,50%	-26,30%
ITCD	193.649.749	235.254.256	41.604.507	2,11%	21,48%
IRRF	1.193.957.327	1.101.461.332	-92.495.995	9,89%	-7,75%
Taxas	1.303.375.516	1.211.248.018	-92.127.499	10,87%	-7,07%

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Estadual / SEFAZ-GO

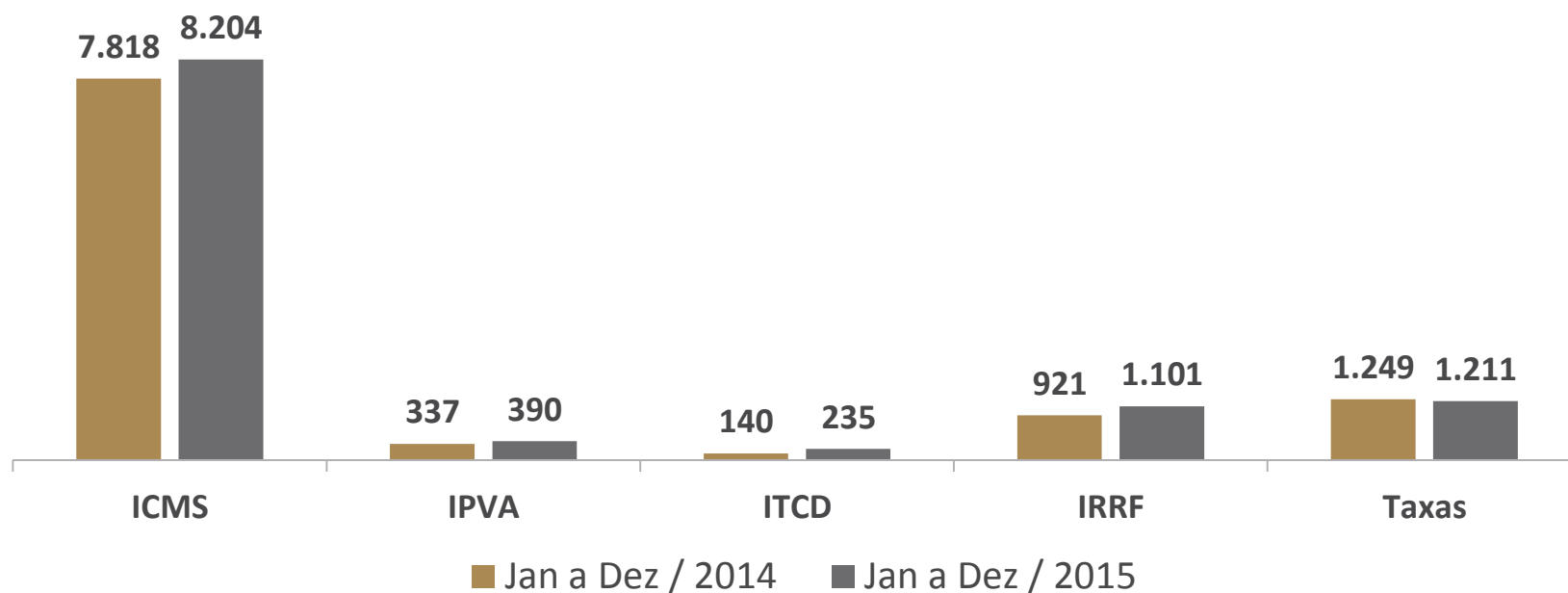
¹ Valores Líquidos, já deduzidos as transferências constitucionais aos municípios (Jan-Dez/15 R\$ 3.879.278.381,19).

Nota: Valores Previstos (A) constantes da LOA/2015, referentes ao III Quadrimestre/2015.



GRÁFICO III
COMPARATIVO DA RECEITA TRIBUTÁRIA - Jan a Dez de 2014/Jan a Dez de 2015

Evolução das Receitas Tributárias
(R\$ milhões – Valores Nominais)





**QUADRO VII - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS
JAN-DEZ/2014 E JAN-DEZ/2015
RECURSOS DE TODAS AS FONTES**

DISCRIMINAÇÃO	RECEITAS REALIZADAS			
	Jan a Dez / 2015 (A)	Jan a Dez / 2014 (B)	Crescimento (C = A – B)	Crescimento % (D = A / B)
REC. DE TRANSFERÊNCIAS (Corrente e de Capital)	4.252.655.125	4.075.682.171	176.972.954	4,34%
FPE	1.737.296.096	1.651.447.556	85.848.540	5,20%
IPI	66.211.141	66.138.850	72.291	0,11%
LK 87/96	15.616.224	15.616.224	0	0%
CIDE	18.040.513	4.981.873	13.058.640	262,12%
Convênios	83.288.018	158.349.377	-75.061.358	-47,40%
FUNDEB ¹	1.784.463.200	1.714.628.721	69.834.479	4,07%
FES / Sal. Educação e Outras	547.739.933	464.519.571	83.220.362	17,92%

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Estadual / SEFAZ-GO

¹ O Estado contribuiu com o FUNDEB no montante de R\$ 2.609.177.373, e recebeu R\$ 1.784.463.200, perfazendo uma diferença de R\$ 824.714.173.

Ao comparar a dedução da receita para formação do FUNDEB de 2014 no valor de R\$ 1.714.628.721, com 2015 de R\$ 1.784.463.200, verifica-se um crescimento de 4,07%, sendo inferior ao retorno em 0,81% no mesmo período.

Variação Percentual nominal.

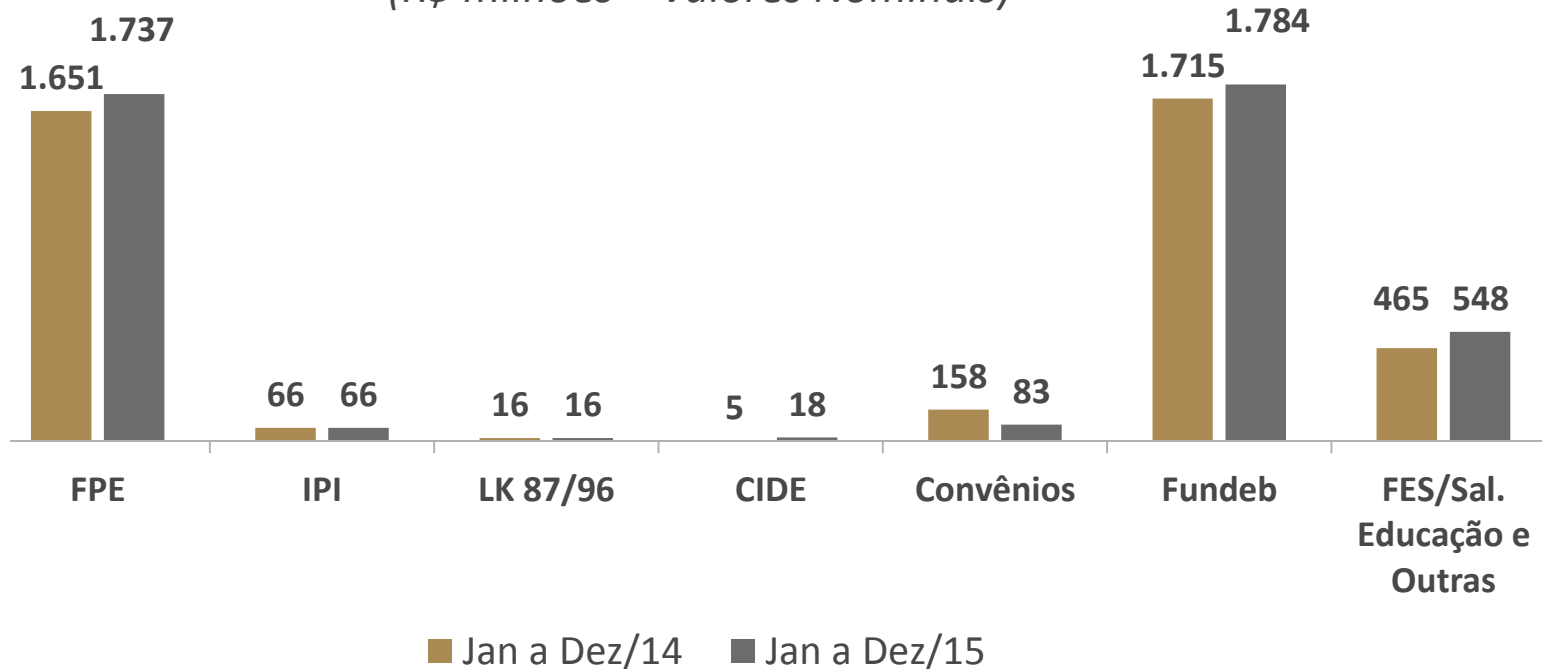


GRÁFICO IV

COMPARATIVO DA RECEITA Jan a Dez de 2014/Jan a Dez de 2015
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE TODAS AS FONTES

Evolução das Receitas de Transferências Correntes e Capital

(R\$ milhões – Valores Nominais)





QUADRO VIII
Resultado Nominal
Recursos de todas as fontes

ESPECIFICAÇÃO	Em 31 Dez 2015 (R\$) (A)	Em 31 Dez 2014 (R\$) (B)	Diferença (R\$) (C = A – B)
Dívida Consolidada	18.598.354.565	18.092.333.164	506.021.402
(-) Haveres e Ativos Financeiros	3.384.854.355	3.334.753.690	50.100.665
(+) Restos a Pagar Processados	1.906.434.558	1.086.555.366	819.879.192
Dívida Consolidada Líquida ¹	17.119.934.769	15.844.134.840	1.275.799.929
RESULTADO NOMINAL	Dez/14 a Dez/15 (R\$) (C)	Meta Prevista (R\$) (D)	Diferença (R\$) (E = C – D)
Lei 18.836/15 - LDO Alterada	1.275.799.929	-56.241.000	1.332.040.929

Fonte: SIOFI-NET / SEFAZ-GO.

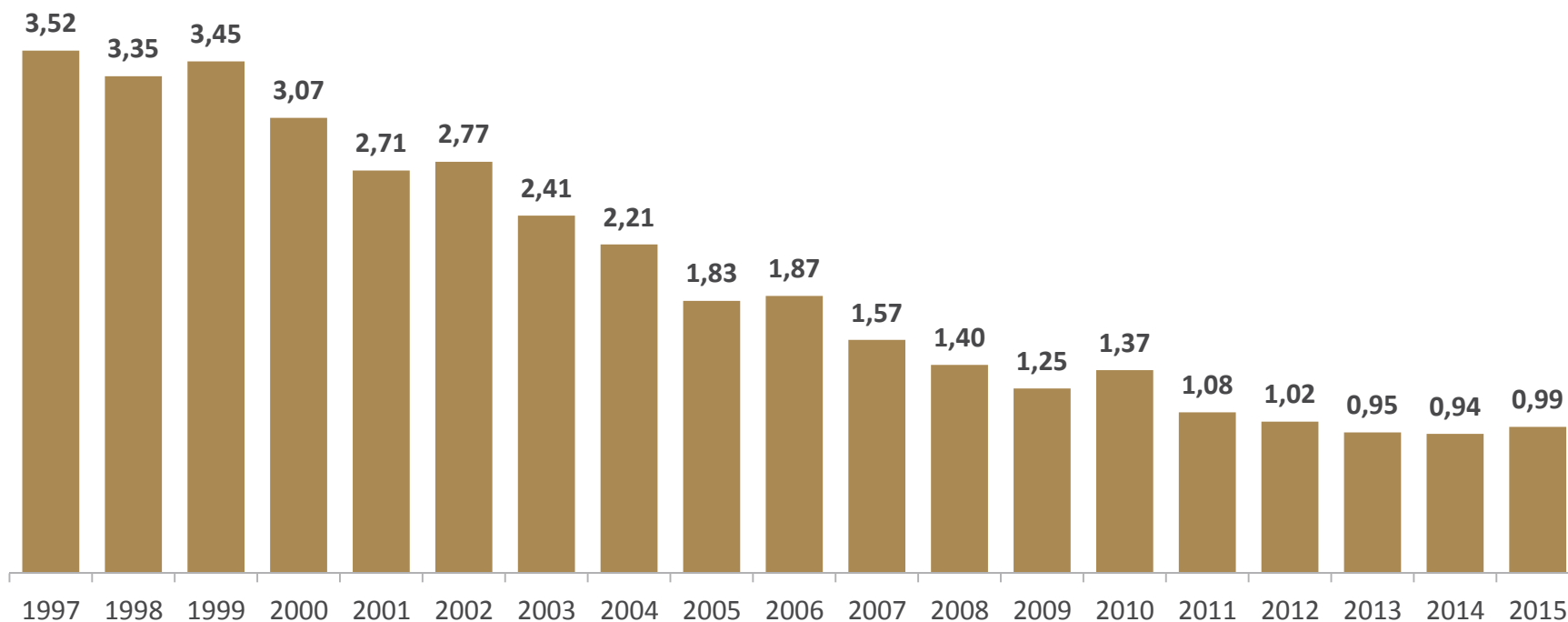
Notas: Valores Correntes contidos no Anexo de Metas Fiscais da Lei nº18.634/14 – LDO para o exercício de 2015, que foi alterado pela Lei 18.836/15 em 26 de maio de 2015.

¹ Dívida Consolidada Líquida superou o valor previsto na LDO em função da variação cambial em quase 70% superior ao previsto na elaboração da LDO (que ocorreu em mar/14), bem como a elevada taxa dos indexadores da dívida em função da alta da inflação, acarretando um aumento de 330 MM na Dívida Consolidada Bruta, prejudicando assim o alcance da meta estabelecida para o Resultado Nominal. Houve influência também do aumento dos Restos a Pagar Processados e do estoque de precatórios (aumento de cerca de 170 MM), tendo em vista que ao compararmos o RP processados em 2014 com os valores de 2015 registramos um incremento de 820 MM em função, principalmente, do pagamento da segunda parcela da folha de pessoal de dez/2015 em jan/2016.



GRÁFICO V
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Dívida Consolidada Líquida/RCL





Sumário da Apresentação

1

Conjuntura Econômica

2

Balanço de 2015

3

Resultados do 3º Quadrimestre de 2015

4

Conclusões



- ✓ 2015 foi um ano difícil, mas os resultados vieram;
- ✓ Forte capacidade de resposta do Estado!
- ✓ 2016 precisa ir além. A crise se aprofunda e há necessidade de conscientização de todos em relação à sua gravidade e à exaustão financeira do Estado



PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS RESUMIDOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO) DO 6º BIMESTRE/2015 E DE GESTÃO FISCAL (RGF) DO 3º QUADRIMESTRE/2015

1. Publicados no Diário Oficial do Estado de Goiás de nº 22.255 do dia 29 de Janeiro de 2016.
2. Encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE através dos Ofícios nº 083/16 – GSF e 084/16 – GSF de 01 de Fevereiro de 2016.



Referências

Os seguintes relatórios e apresentações: **Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO; Relatório de Gestão Fiscal –RGF e Audiências Públicas**, estão disponíveis nos sites:

www.sefaz.go.gov.br

www.transparencia.goias.gov.br

www.cge.go.gov.br